

Título: PROJETO “CURSO REALIDADE BRASILEIRA”.

Eje: Mesa de Trabajo 3. Extensión, docencia e investigación.

Bruno Bruziguessi – Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) – (brunobruziguessi@yahoo.com.br);

Cristina Bezerra – Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) – (cristina.bezerra31@gmail.com);

Michelle Capuchinho – Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) – (milkisjf@hotmail.com).

Resumo:

O Curso Realidade Brasileira consiste em uma experiência de formação política desenvolvida por movimentos sociais junto a universidades públicas brasileiras. Já foram realizados mais de 50 cursos em todo Brasil, desde a primeira turma no estado de Minas Gerais, na própria Universidade Federal de Juiz de Fora, em 2001.

O curso nasceu da necessidade de se retomar a formação das lideranças de movimentos sociais e também da importância de recuperar os grandes autores que se dedicaram a estudar a formação social, econômica, política e cultural do Brasil, como Florestan Fernandes, Caio Prado Jr., Celso Furtado, Rui Mauro Marini, Milton Santos, Paulo Freire, Darcy Ribeiro, entre outros, para que assim possamos entender a realidade brasileira contemporânea e intervir nela de forma mais qualificada.

Este curso tem como público alvo lideranças e militantes indicados por movimentos sociais, populares, sindicais, estudantil e pastorais sociais que possam multiplicar os conteúdos do curso com suas bases e trocar experiências, assim cumprindo a função de articular essas organizações.

Foram oferecidas 80 vagas que consistem no público diretamente atingido, estes participarão do curso que ocorrerá um final de semana por mês no período de março a dezembro de 2011. Serão disponibilizados textos para estudo e a participação de um assessor especialista em cada tema/módulo.

Resumen:

El Curso Realidad Brasileña consta de una experiencia de formación política desarrollada por los movimientos sociales a lo largo de las universidades

públicas brasileiras. Se han realizado más de 50 cursos em todo Brasil desde la primera clase en el estado de Minas Gerais, en la Universidad Federal de Juiz de Fora em 2001.

El curso surgió de la necesidad de reanudar la formación de los líderes de los movimientos sociales y también la importancia de recuperar los grandes autores que se han dedicado al estudio de la formación de la vida social, económica, política y cultural de Brasil.

Come Florestán Fernandes, Caio Prado Jr., Celso Furtado, Ruy Mauro Marini, Milton Santos, Paulo Freire, Darcy Ribeiro, entre otros, para que podamos entender la realidad contemporánea brasileña e intervenir en sus más cualificados.

Público objetivo de este curso es indicado por los líderes militantes y los movimientos sociales, populares, sindicales, estudiantiles y de los ministerios sociales que se pueden multiplicar los contenidos del curso con sus bases y el intercambio de experiencias, cumpliendo así la función de la articulación de estas organizaciones.

Se ofrecieron 80 puestos de trabajo que consisten en la opinión pública directamente afectados, que asisten al curso que se llevará a cabo un fin de semana al mes de marzo a diciembre de 2011. Los textos estarán disponibles para el estudio y la participación de un asesor experto en cada materia / módulo.

INTRODUÇÃO.

O Curso Realidade Brasileira surge, em 2001, através da parceria entre movimentos sociais da Via Campesina¹ e as universidades públicas brasileira com a tentativa de compreender dois objetivos centrais: o primeiro deles está relacionado a necessidade de formação política dos militantes de movimentos sociais, especialmente ligados ao campo e a melhor compreensão da formação histórica e sócio-econômica do Brasil e as particularidades de nossa sociedade no contexto contemporâneo.

O segundo objetivo é o de possibilitar que a universidade pública cumpra uma de suas funções que a garantam como espaço educacional socialmente referendado: a extensão universitária. Desta forma permite que os espaços das universidades e o acesso ao conhecimento sejam compartilhados com a sociedade através de sua fração organizada, representada pelos movimentos sociais; apesar de considerarmos pouco frente à grande

¹ A Via Campesina surge em 2004 com o objetivo de congregar movimentos sociais camponeses e indígenas de todo o mundo, com a intenção de promover a articulação internacional e de descobrir as mudanças de funcionamento do capital e suas empresas, para poder desenvolver novas formas de luta, nos diversos movimentos, nos países e a nível internacional (BEZERRA; RODRIGUES; PIZETTA, 2007, p. 3).

possibilidade de contribuir para o desenvolvimento social que tem nossas universidades latino-americanas, já representa um começo.

Assim, vimos compartilhar nossa experiência, que se estende por várias outras universidades do Brasil, considerada exitosa e de extrema relevância tanto para os movimentos sociais quanto para a própria universidade, visto o contexto de desestruturação da educação superior pública que temos vivido em nosso país nos últimos anos, esta experiência nos dá um novo gás para continuar com iniciativas que não se submetem à mera lógica mercantil de produção do conhecimento.

EDUCAÇÃO E POLÍTICA: A PRÁXIS DA CONSCIENTIZAÇÃO.

O Brasil, bem como os demais países da América Latina, passou por uma ditadura civil-militar no período de 1964-1984 que marcou profundamente os rumos políticos, econômicos, sociais e culturais da sociedade brasileira. O período que antecedia ao golpe foi exatamente um momento em que o movimento de massas no Brasil se fortalecia, os chamados movimentos pelas Reformas de Base do período do governo João Goulart.

Destacava-se o MEB (Movimento de Educação de Base); as Ligas Camponesas; o movimento estudantil, naquele momento referenciado na UNE (União Nacional dos Estudantes); as ações de greve do movimento operário e de partidos de esquerda e progressistas.

As principais pautas de reivindicação destes movimentos, em um arcabouço bem extenso de demandas, era a reforma da educação e a reforma agrária; estas duas bandeiras aglutinavam os principais sujeitos coletivos do Brasil naquele momento e se caracterizavam como importantes medidas para a garantia de acesso dos trabalhadores à educação e à terra, como um passo importante para a socialização destes meios que são, historicamente, hegemônicos pelas elites nacionais e mesmo internacionais – especificamente no caso da terra.

Os anos 1960-63 representam, em particular, um período de gestação da consciência nacional-popular e de engajamento de amplas camadas sociais na luta pelas reformas de estrutura. Os processos de conscientização e de politização atingem operários e camponeses, estudantes e intelectuais (AMMANN, 1992, p. 57).

É um contexto onde as forças sociais tentam levar aos indivíduos a dimensão de seu lugar no mundo, no sentido de conscientizá-los e de fazê-los entender a importante função que devem assumir no sentido das transformações sócio-econômicas do país.

É nesta conjuntura de ascenso dos movimentos sociais que surge a figura de Paulo Freire, que já neste momento esboçava suas formulações acerca do método pedagógico de Educação Popular, que principia da alfabetização de adultos no sentido de erradicar o analfabetismo e vinha em uma direção diferente daquela aprendida nas escolas tradicionais, pois partia da realidade onde cada sujeito estava inserido, partindo do conhecimento já acumulado por estes indivíduos.

O educador Paulo Freire destaca como necessário para o processo de construção do conhecimento a interação entre o ser humano e a natureza – a dimensão laborativa da práxis humana – e a própria interação dos homens entre si – a dimensão reinterativa da práxis – como elementos que fazem com que o homem tenha uma curiosidade permanente em relação ao mundo, em relação às relações sociais, e isto desperta questionamentos acerca da realidade em que se vive.

Assim os indivíduos opinam sobre sua realidade e a partir disso podem construir sobre ela seus conhecimentos, estas questões vão, ao longo da história, adquirindo um rigor e uma fundamentação teórico-metodológica à medida que vai estas indagações vão complexificando as relações do homem com o mundo; visto que o homem é inserido em uma lógica de constante busca que representa a tentativa de alcance de sua satisfação, de sua liberdade, suas escolhas, de forma autônoma.

Para obterem estas condições é preciso que os seres humanos se “envolvam permanentemente no domínio político, refazendo sempre as estruturas sociais, econômicas, em que se dão as relações de poder e se geram as ideologias” (FREIRE, 2001, p. 8).

Assim, podemos entender a educação como uma dimensão da política, mas uma política em sentido amplo, localizando a educação nas relações de poder que transitam pela “superestrutura política e jurídica” que é determinada e determina as relações políticas, desta forma entendemos que a estrutura econômica – como apontava Marx – é a determinante econômica das relações políticas, mas não podemos compreendê-la como algo “engessado”, como um mero reflexo das relações de produção, mas como uma dimensão que goza de “relativa autonomia”.

A referência feita a “autonomia da política”, elaborada pelo revolucionário italiano Antonio Gramsci, implicava

o reconhecimento de que a política não poderia ser reduzida à religião ou à ética. Como campo do conhecimento e como atividade, ou seja, como ciência e prática, teoria e práxis, a ciência política e a política tinham regras próprias que as distinguem de outras formas do conhecimento e da atividade humanas (BIANCHI, 2007, p. 23).

Ao compreender a política como algo autônomo, Gramsci está afirmando que as diversas mediações do conhecimento, como a ética, a filosofia e a moral são elementos que constituem a política em determinados âmbitos, sendo momentos desta, mas jamais se pode afirmar que a política se reduz a qualquer um destes momentos, além de não ser determinada por qualquer um destes momentos, mas sim sendo determinada pela estrutura econômica, como expressão dialética da relação entre as classes sociais em conflito, conformando a superestrutura.

Assim, Gramsci coloca a política no cerne da filosofia da práxis, ou seja, do método materialista-histórico dialético construído por Marx, na relação entre o conflito que existe entre as classes sociais, pois o próprio conflito tem sua dimensão política, sendo assim,

toda a práxis humana carrega em si uma dimensão política, muito embora essa dimensão não preencha todo o seu conteúdo. Se a história é conflito, não há como negar que todo conflito é, também, em maior ou menor medida, explícita ou implicitamente, política (BIANCHI, 2007, p. 24).

Para Freire, a curiosidade, a interação dos seres humanos com o mundo e entre si, todos estes elementos contribuem para que seja a prática educativa uma dimensão necessária da prática social, por ser um fenômeno típico da existência e, por isso mesmo, fenômeno exclusivamente humano. A importância do papel da educação resulta da importância do papel da subjetividade na história, entendendo que nem a consciência é fazedora do mundo, nem dele puro reflexo, mas que ambos relacionam-se contraditoriamente.

Como processo de conhecimento, formação política, manifestação ética, procura da boniteza, capacitação científica e técnica, a educação é prática indispensável aos seres humanos e deles específica na História como movimento, como luta. A História como possibilidade não prescinde da controvérsia, dos conflitos que, em si mesmos, já engendrariam a necessidade da educação (FREIRE, 2001, p. 10).

Assim, os seres humanos estão constantemente desenvolvendo práticas de caráter educativo, estão constantemente aprendendo e ensinando. Colocando a Educação Popular como a metodologia necessária para compreender criticamente o que ocorre na cotidianidade do meio popular, pois os conteúdos a serem ensinados aos grupos populares não podem lhes ser radicalmente estranhos, sendo o contrário, são elementos que compõem o imaginário social daqueles sujeitos, aquilo que eles vêem, tocam, vivem, interagem, refletem, criticam e constroem.

A partir do pensamento de Freire, a Educação Popular busca ter no educando um sujeito que aprende ao mesmo tempo em que ensina, ser educado ao mesmo tempo em que também pode e deve educar, ao contrário do que ele chamava de educação bancária,

aquela em que o educando é um mero recipiente onde o educador vai depositando um determinado conteúdo até enchê-lo; sendo esta a característica da educação das escolas.

A metodologia de Educação Popular possibilita a construção de uma prática educativa como prática política, voltada para o processo de conscientização destes sujeitos. Por conta disso, desta relação entre educação e política, é importante para a formação dos grupos populares a reflexão dos conteúdos que permeiem sua realidade concreta, imediata, para que, a partir deste contato superficial possa-se ir à essência, assim como aponta a análise marxista de Lukács, afirmando que

trata-se, pois, por um lado, de destacar os fenômenos da sua forma dada como imediata, de encontrar as mediações pelas quais podem ser referidos ao seu núcleo e à sua essência e captados na sua própria essência e, por outro lado, atingir a compreensão deste caráter fenomenal, desta aparência fenomenal, considerada a sua forma de manifestação necessária. Esta dupla determinação, este reconhecimento e esta superação simultânea do ser imediato é precisamente a relação dialética (LUKÁCS, 1974, p. 22-23).

Desta forma o processo de construção do conhecimento popular se dará mediante o questionamento daquilo que existe, daquele senso comum enraizado na vida cotidiana dos sujeitos, para que se incorporem novas determinações e novas formas de compreender a história, tornando estes sujeitos como protagonistas da história e não espectadores de sua construção. Por isso, “impossivelmente neutra, a prática educativa coloca ao educador o imperativo de decidir, portanto, de romper e de optar, tarefas de sujeito participante e não de objeto manipulado” (FREIRE, 2001, p. 35).

A partir do processo de redemocratização do Brasil, no fim dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, onde o chamado “novo sindicalismo” terá o papel de força motriz do ascenso do movimento de massas e a formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT) como a síntese das lutas sociais naquele momento, juntamente com a organização dos trabalhadores rurais depois da pulverização das Ligas Camponesas no período da ditadura civil-militar.

Após o primeiro processo de ocupações de terras feitas por famílias inteiras, desde 1979, será em 1984 que o resultado dessas articulações e o acúmulo de forças se materializará no 1º Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em Cascavel, no Paraná, no qual será fundado, de fato, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Mas a formação do MST já estava sendo semeada pelo Brasil bem antes dessa data, sendo assim o 1º Encontro vai se configurar como uma forma de

aglutinar as forças populares que lutam pela terra sob uma mesma bandeira e sob um mesmo espírito, o de que “terra não se ganha, se conquista”².

Nesse sentido das lutas, ou melhor, da retomada das lutas pela terra no Brasil, Morissawa define que

o MST foi buscar a ponta do novelo que ficou perdida desde o aniquilamento das Ligas Camponesas pelos militares em 1964. Podemos dizer que a história das Ligas tem sua continuidade no MST. Por quê? Essencialmente porque elas, tal como o MST, constituíam um movimento independente, nascido no próprio interior das lutas que se travavam pela terra. Mas principalmente porque defendiam uma reforma agrária, para acabar com o monopólio da terra pela classe dominante (MORISSAWA 2008: 120).

O MST vai se configurar, dentro da sociedade civil, como um movimento social e político, suas pautas vão se concentrar na luta pelo acesso a terra, pela realização da reforma agrária e pela transformação social. Desta forma aglutina em torno de suas bandeiras de luta tanto trabalhadores rurais e camponeses – diretamente interessados pelo acesso a terra e à realização da reforma agrária – e também outros setores da esquerda brasileira, como os sindicatos, pastorais sociais ligadas à igreja católica, movimento estudantil e os movimentos de caráter urbano que vão surgindo no Brasil no período da redemocratização.

É através da pauta da reforma agrária que se visa à transformação estrutural da sociedade, partindo do sentido de acabar com a concentração da propriedade da terra e reorganizar a produção de alimentos, voltando-a para a produção interna, garantindo, com isso, melhorias nas condições de trabalho e, até mesmo, de vida das famílias agricultoras. Outros objetivos que permeiam a luta por essa transformação são as questões da democratização da água, a defesa da biodiversidade, a punição aos assassinos de trabalhadores rurais e o acesso à educação e saúde.

A FORMAÇÃO POLÍTICA COMO ELEMENTO CENTRAL NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO.

No ano de 2011, o MST está com 27 anos e se configura como o maior movimento social da América latina e um dos maiores do mundo, tanto em quantidade de militantes, acampamentos e assentamentos, quanto de força política, visibilidade pública, poder de negociação e de pressão e de sua estrutura organizativa.

² Tema do 1º Encontro Nacional dos Sem Terra, Cascavel, Paraná, 1984.

Destas características destacamos, para fins deste trabalho, o setor de formação do movimento. O setor de formação engloba o processo de formação das lideranças e da base do movimento, dando-lhes os conhecimentos necessários para compreender sobre a realidade brasileira e latino-americana, teoria social, economia política, metodologia de educação popular, formação de formadores, cursos específicos para jovens, questão agrária.

O processo de formação política é exatamente o processo de conscientização política que circunscreve a relação entre educação e a política – ambas pensadas de forma ampliada –, assim, a implementação do programa nacional de formação de militantes, os cursos de formação política através de parcerias com universidades públicas, os institutos e centros de formação construídos pelo próprio movimento, assim como a Escola Nacional Florestan Fernandes, inaugurada oficialmente em 2005, em Guararema-SP.

Desde sua origem, em 1984, o MST tem se defrontado com a necessidade de garantir um amplo processo de formação política para o seu quadro de militantes, desde a base acampada e assentada até seus dirigentes nacionais, com vistas a possibilitar a unidade política e ideológica, o desenvolvimento da consciência política-organizativa e a superação dos desafios impostos pela realidade (BEZERRA; RODRIGUES; PIZETTA, 2007, p. 2).

Assim, a formação política atinge um local de destaque, desde o início, na organização política do MST na perspectiva de articular o trabalho braçal com o trabalho intelectual e isto se dá a partir da apropriação do conhecimento científico, das experiências históricas, das estratégias de luta, dos métodos de trabalho e direção, de organização e também de formação política, construindo uma forma organizativa que contribuirá para que os seres humanos se tornem sujeitos políticos efetivos, avançando na sua capacidade de pensar, elaborar e fazer.

Desta forma, a formação é uma ação que envolve o estudo (trabalho intelectual) relacionado com o trabalho produtivo desenvolvido nos acampamentos, assentamentos e demais espaços que compõem a vida dos trabalhadores (trabalho braçal) e a dimensão do trabalho de base, entendida como a relação com as massas, a forma pedagógica de orientar a respeito das condições de exploração da vida, pautando a organização daqueles sujeitos e fazendo-os entender que somente com sua organização será possível romper com a condição de exploração.

Para compreender o processo de formação política não podemos entendê-la separada do processo de organização política, são elementos que se compõem, se definem, se articulam e estão diretamente relacionados. Isto, pois não há maneira de construir uma organização política sem ter formação, ao mesmo tempo em que não é possível construir

um processo de formação política sem dimensionar na realidade prática da vida política e social, pois a formação política contribui para a construção da direção política de uma organização no sentido de transformar a realidade vivida.

Compreendendo a formação e a organização como partes indissociáveis levantamos outra reflexão, como é possível construir uma forma organizativa que irá se referenciar por uma direção política e uma determinada linha de formação a partir da realidade vivida sem pensar nas formas efetivas de transformar esta realidade, ou melhor, pensar as formas de intervenção na realidade é um ponto, o outro ponto é como iremos efetivar estas formas de ação, neste sentido é preciso construir formas de ação política que incidam na realidade concreta.

Esta transformação social só será possível com a realização das lutas sociais, a ação concreta dos trabalhadores através de suas organizações e sob seu processo de formação política que se materializam nas lutas das massas, nas marchas, ocupações, conflitos diretos, greves, panfletagem. Estas são formas de materializar a articulação necessária do tripé: formação, organização e lutas.

No sentido de formação que estamos trabalhando, a concepção do MST, é necessário apontar os princípios que norteiam o processo de formação político:

- a) A formação é um processo permanente e sistemático, que possibilita aos militantes desenvolverem atividades concretas, em direção à conquista dos objetivos da organização.
- b) É parte integrante da organicidade e das lutas, que busca fortalecer as instâncias e setores de atividades, buscando sempre a unidade política e ideológica.
- c) O ponto de partida deve ser a prática social dos camponeses, permeada por contradições, desafios e possibilidades;
- d) A formação deve ser preparada e implementada em todos os níveis: base, militantes, dirigentes, quadros, sempre a partir dos objetivos e demandas da organização.
- e) Os processos de capacitação e qualificação devem atingir os militantes de maneira integral, desenvolvendo as diferentes dimensões da pessoa humana, contribuindo para a construção de uma nova ética – uma ética revolucionária.
- f) A formação deve ser uma espécie de alimentação ideológica da organização, em direção a conquista de seus objetivos estratégicos (BEZERRA; RODRIGUES; PIZETTA, 2007, p. 5).

Estes são os princípios que nortearam a metodologia de formação do MST em seus cursos de formação no sentido de rumar para a transformação social. Porém, ao longo dos anos de 1990 os países da América Latina passaram por um processo de mudança no

padrão de acumulação do capitalismo através da reestruturação produtiva e a reforma neoliberal dos Estados nacionais.

A lógica de trabalho instaurada pelas novas necessidades do capitalismo reduz a demanda de força de trabalho, substituindo-a pelo desenvolvimento de tecnologias; a produção se torna cada vez mais heterogênea; há uma desterritorialização da produção, passando especialmente para países da periferia do capitalismo, onde os custos da produção são menores e a exploração da força de trabalho pode ser mais intensa. Torna-se mais comum a descentralização da produção pela terceirização e subcontratação de pequenas e médias empresas.

Os impactos à classe trabalhadora são os mais devastadores: desemprego estrutural; desregulamentação das relações de trabalho através da supressão ou redução de garantias trabalhistas e a precarização na forma de trabalho em tempo parcial, temporário, subcontratos e trabalho informal.

As formas de organização da classe trabalhadora também sofrem profundas modificações; os tradicionais sindicatos, responsáveis por terem sido uma das grandes molas propulsoras do último ascenso do movimento de massas que ocorreu no Brasil nos anos de 1980 passaram por muitas transformações, se constituindo como um “sindicalismo de empresa” ou “de resultado”, onde existe a substituição do tradicional “despotismo fabril” por um discurso voltado “à ‘participação’ e ao ‘envolvimento’ dos trabalhadores, valorizando a ‘comunicação’ e a redução das hierarquias mediante a utilização de ‘equipes de trabalho’” (NETTO; BRAZ, 2007, p. 217).

A estrutura sindical, ferramenta histórica de organização do proletariado fabril, passa por processos de retração, como: iniciativas pragmáticas; a reestruturação do trabalho muda o perfil do proletariado, sendo que este deixa de ser majoritariamente fabril e, com isso, diminui o número de sindicalizados; posturas defensivas para manter os direitos trabalhistas conquistados pelos trabalhadores formais, enquanto as demais formas de vínculo trabalhista e os trabalhadores desempregados se mantêm sem nenhuma “atenção” e, ao mesmo tempo, aumentando seus contingentes.

Por outro lado, o Estado também irá alterar suas “competências” para a manutenção do modo de produção capitalista; assim começa a se desencadear, nos governos latinoamericanos, “mudanças através de políticas liberalizantes, privatizantes e de mercado”, com a intenção de “concentrar o investimento no setor privado, comprimindo a presença do setor estatal” (SOARES, 2002, p. 14-15).

O ideário neoliberal corresponde a uma “retirada”, cada vez maior, do Estado da “vida pública”, deixando que o mercado financeiro se regule por conta própria. Essa “retirada” do Estado, através da redução de sua interferência no setor público, é umas das grandes estratégias da doutrina neoliberal, fazendo com que empresas estatais sejam privatizadas e fazendo com que o Estado e seus setores passem por um rearranjo, situando uma verdadeira reforma do Estado. Porém, não é bem isso que se viu na América Latina, pois a todo o momento as empresas multinacionais de produção e o setor financeiro tiveram que recorrer ao Estado para manter a economia e evitar novas crises. Isso deixa mais claro que o Estado se restringe às regulações econômicas do capital e “vira as costas” para as demandas sociais da classe trabalhadora, como as demandas trabalhistas e por políticas sociais em vários setores da vida social.

Outro processo que passa a se intensificar é a fragmentação da classe trabalhadora, é um período de emergência de um conjunto de movimentos sociais que irão representar os interesses dos vários segmentos que vão tomando conta do cenário político brasileiro, os chamados “novos movimentos sociais” vêm para representar interesses das minorias (mulheres, negros, homossexuais) e também se organizam por pautas específicas (como movimentos por moradia, por saúde, movimentos culturais, ambientalistas, entre outros).

Esta emergência quase desenfreada de organizações da sociedade civil vem com uma característica que compromete a unidade entre estas forças, a falta de centralidade do trabalho como elemento que caracteriza a classe trabalhadora enquanto tal, isto vai gerar uma pulverização do sentido de classe das lutas sociais, pois as lutas só se darão, em sua maioria, por pautas específicas ou por direitos de minorias, chamadas de lutas identitárias.

Este é o contexto da luta de classes no Brasil e também na América Latina ao longo dos anos de 1990, frente a isso movimentos sociais classistas tentam retomar o chamado trabalho de base, é um momento de descenso do movimento de massas e quando a classe trabalhadora se encontra nesta circunstância é necessário retomar a mobilização pela base, a necessidade de voltar ao processo de conscientização desde baixo, das comunidades rurais, das periferias dos grandes e médios centros, é necessário formar novos militantes, novas lideranças, novos quadros políticos, pois a conjuntura de cooptação e criminalização prejudicou – em vem prejudicando até hoje – a organização da classe trabalhadora.

Dentro desta nova conjuntura

o MST percebe, sobretudo a partir da década de 90, a necessidade de se articular, política e institucionalmente, com outros parceiros da sociedade brasileira, dentre os quais ganham destaque as universidades públicas. Estas parcerias não se fazem, entretanto, numa perspectiva meramente conjuntural, mas partem da certeza de que é necessário, também, “ocupar o

latifúndio do saber”, ou seja, os espaços de produção e de socialização de conhecimentos, dos quais as universidades são os exemplos mais evidentes (BEZERRA; RODRIGUES; PIZETTA, 2007, p. 7).

Assim, a partir das experiências de parceria entre o setor de educação do MST com universidades públicas a partir da necessidade de formar educadores qualificados e ao mesmo tempo ampliar a concepção política de educação que existia no movimento, daí surge a parceria com a Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), em 1994.

Em 1999 o setor de formação do MST firma sua primeira parceria com universidades públicas através da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com cursos de formação política voltado para militantes de movimentos do campo, com isso trazia para a cena política e para a sociedade a discussão da reforma agrária tanto para o meio acadêmico quanto para a sociedade. A partir daí foram mais de 60 experiências entre o MST, a escola Nacional Florestan Fernandes e universidades públicas em todo o Brasil; mas para nós interessa a análise da parceria com a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

A EXPERIÊNCIA DA UFJF E O CURSO REALIDADE BRASILEIRA.

A parceria do MST com a UFJF tem início em 1999 com a passagem da Marcha Popular pelo Brasil por Juiz de Fora, a Marcha saiu da cidade do Rio de Janeiro com destino a capital federal, Brasília. Foi o momento em que lideranças dos movimentos sociais que estavam representados naquela Marcha com a direção administrativa da universidade naquele momento, a partir disso estava firmada uma das mais antigas parcerias entre universidade públicas e movimentos sociais voltada para formação política no Brasil.

Esta parceria teve sua primeira experiência com o curso “Realidade Brasileira para Jovens do Meio Rural”, que ocorreu entre 14 e 23 de julho do ano 2000 com o objetivo de iniciar a formação política dos jovens do MST da Região Sudeste do país, além de estender também para os estados da Bahia e Mato Grosso. A experiência contou com aproximadamente 320 jovens e professores e militantes de movimentos sociais como assessores das temáticas que foram trabalhadas. Os temas e a metodologia elaborados “tinham objetivo de despertar nos jovens presentes o conhecimento acerca de nossa formação política e de problematizar questões pertinentes a esta faixa etária, tais como drogas, sexualidade, gênero, etc” (BEZERRA; RODRIGUES; PIZETTA, 2007, p. 9).

Com a boa avaliação acerca deste primeiro curso foi realizada a segunda através do projeto “A Realidade Brasileira a partir dos Grandes Pensadores Brasileiros”. Este projeto dava um passo a frente no sentido da formação política dos militantes sociais, pois propunha estudar os vários elementos da realidade brasileira, compreendendo suas particularidades históricas, políticas, econômicas, sociais e culturais, para que, a partir disto, pudessem analisar a conjuntura política contemporânea.

Para isso o curso recorria ao estudo dos chamados pensadores clássicos, intelectuais brasileiros que se preocuparam em analisar o desenvolvimento do Brasil dentro de uma ótica crítica, não necessariamente marxista, mas suficientemente crítico e com clareza histórica para compreender as várias dimensões do desenvolvimento do capitalismo na nossa formação social.

Este curso recebeu 100 cursistas de todo o Brasil, vindos de movimentos sociais do meio rural e passou a se consolidar como uma das grandes experiências de formação política e também uma das mais necessárias, pois partia da análise das particularidades da realidade brasileira para compreender os desafios postos aos movimentos sociais na contemporaneidade.

Com o êxito desta primeira experiência nacional, os CRB's (Curso Realidade Brasileira) se espalharam pelo país nos mais diversos formatos e abrangências, com turmas estaduais, regionais e locais, com poucos módulos concentrados ou um número maior de módulos de final de semana por mês. Contabiliza-se, aproximadamente, 40 cursos em todo o país, sendo que 6 foram realizados no estado de Minas Gerais, 3 que estão em andamento ao longo de 2011 e um com previsão de início para 2012, todos frutos de parcerias com universidades públicas.

O CRB além de retomar os conhecimentos acerca da formação sócio-econômica do Brasil, também retoma as contribuições e a memória dos grandes pensadores que se dedicaram a pensar o Brasil, como Florestan Fernandes, Caio Prado Jr, Celso Furtado, Paulo Freire, Rui Mauro Marini, Darcy Ribeiro, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Milton Santos e Josué de Castro.

Como já destacamos, a influência de Paulo Freire não é somente na forma de pensar a realidade brasileira, mas também na própria estrutura metodológica do curso, onde há um educador, na figura de um assessor/facilitador, e os educandos tem espaço de interação com o assessor e entre eles, especialmente através dos núcleos, onde os cursistas debatem os temas, fazem a relação da teoria com a ação política dos movimentos sociais e realizam trabalho coletivo.

O trabalho coletivo consiste nas tarefas de organização e manutenção do espaço onde ocorre o curso, é uma forma de relacionar o trabalho intelectual com o trabalho braçal, é nesta relação que se dá o processo de conscientização, colocando todos para realizar as atividades, fazendo com que os cursistas se tornem parte efetiva da construção do curso, pois alguns também participam do processo de construção política, como as articulações para viabilizar os cursos e a própria metodologia.

Com a metodologia de Educação Popular e o fato de ser um curso de formação política para militantes sociais, os CRB's são também espaços de articulação política entre as forças que compõem o curso e também com as organizações da região de realização destes cursos, seja de abrangência estadual, regional ou local, sendo que, quanto mais restrita a abrangência territorial, maior as possibilidades de uma articulação efetiva e a construção de lutas concretas.

De todos os pensadores que são estudados no CRB, talvez seja Florestan Fernandes aquele que tem a maior proximidade com a proposta e o maior interesse por parte dos cursistas, primeiro pela sua história de vida, de como um jovem de família pobre se tornou um grande intelectual e militante, sempre voltando os olhares para a classe trabalhadora brasileira.

O sociólogo Florestan manteve um firme compromisso com os seus, com os de baixo, com todos aqueles que ficaram para além dos muros, emparedados numa sociedade de classes extremamente excludente e discriminatória que não lhes reconhece presença nem voz, os “deserdados da terra”, como ele dizia. Usou todas as brechas que encontrou para denunciar que a “sociedade brasileira tem sido um inferno para esses setores que vivem na miséria, ou se não, nas fronteiras da miséria (...) que levantam a bandeira da reforma agrária para reivindicar pelo menos a condição humana” (FERNANDES apud PIZETTA, 2009, p. 10).

Florestan Fernandes contribuiu de forma decisiva na elaboração de estudos sobre a origem e desenvolvimento das classes sociais no Brasil, a construção da revolução e estudos críticos sobre educação.

Dentro do campo sociológico de análise das classes sociais, Fernandes vai destacar que a história da sociedade brasileira tem como protagonista dos processos de mudanças a classe dominante.

As mudanças implementadas pela classe dominante, em geral através do Estado, são mudanças para que tudo permaneça como estava. Foi assim com a libertação dos escravos, com a proclamação da República, com a Revolução de 1930, com o golpe militar de 1964, com o movimento pelas eleições diretas, com a Constituinte, etc (PIZETTA, 2009, p. 13).

Da mesma forma nos deu condições de construir a revolução, fazendo-nos entender que este é um processo e não se limita ou começa pela tomada do poder, mas começa no

acumulo de forças sociais e continua até a construção de uma sociedade sem classes. Mas também aponta que temos que respeitar as especificidades de cada formação social, assim entende-se que o caráter da revolução é internacionalista, mas terá de ter um momento de construção nacional, a construção da revolução brasileira.

Partindo da necessidade de construção de uma “revolução democrática”, ou seja, garantindo a participação dos trabalhadores na vida política através de um conjunto de reformas que possa atingir a estrutura capitalista, como a reforma agrária e a reforma da educação,

em suma, um conjunto de reformas produtoras da cidadania ampla, plena e ativa. Essa revolução exigirá a reorganização profunda da economia, com uma redefinição das prioridades a partir dos interesses dos trabalhadores, na perspectiva da construção de um Projeto Popular. É como nos tornaremos capazes de enfrentar o que Florestan Fernandes chamava de revolução nacional; em outros termos, é o que tornará possível “peitar” o imperialismo, rompendo a dependência externa para construir uma nação soberana e independente (PIZETTA, 2009, p. 15).

Os demais eixos de estudo são divididos por: formação econômica do Brasil (Caio Prado Jr e Celso Furtado); formação cultural do Brasil (Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre); formação étnica do povo brasileiro (Darcy Ribeiro); teoria da dependência (Rui Mauro Marini); Questão Agrária; Questão Urbana e território (Milton Santos); mundo do trabalho e sindicalismo (pensadores contemporâneos); Projeto Popular para o Brasil/ lutas sociais.

Estes eixos, de uma forma geral, são de grande importância para entendermos toda uma lógica de relações sociais no capitalismo contemporâneo, como o debate das origens do capitalismo no Brasil, onde o pensamento conservador apontava para um Brasil de origens feudais, permeado por um modo de produção feudal, devido a suas características agrárias (latifúndio, monocultura, relações de coação e coerção do trabalho), mas que na verdade, como apontou Prado Jr – um dos primeiros a fazer este tipo de apontamento já nas décadas de 1940-50 –, o Brasil já estava inserido em uma lógica capitalista, mercantil, desde sua colonização nos anos de 1500, estando submetido e funcional para a consolidação deste modo de produção.

precisamos reconstruir o conjunto da nossa formação colocando-a no amplo quadro, com seus antecedentes, destes três séculos de atividade colonizadora que caracterizam a história dos países europeus a partir do século XV; atividade que integrou um novo continente na sua órbita; paralelamente aliás ao que se realizava, embora em moldes diversos, em outros continentes: a África e a Ásia. **Processo que acabaria por integrar o universo todo em uma nova ordem, que é a do mundo moderno**, em que a Europa, ou antes, a sua civilização, se estenderia dominadora por toda parte (PRADO JR, 1957, p. 14) (grifos nossos).

É desta noção de entender o processo de colonização como parte de um processo maior, global, de desenvolvimento econômico que iremos entender a relação de dependência econômica que os países latino-americanos têm em relação aos países centrais, sobretudo aos Estados Unidos.

Nesta mesma lógica de compreensão, a retomada da formação do Brasil nos dá a condição de entender a formação particular do povo brasileiro, como aponta Darcy Ribeiro, entendendo as origens étnicas do nosso povo, desde a colonização com a chegada do europeu, a vinda dos escravos africanos e a relação que se estabelecerá com os povos indígenas originários do território brasileiro.

Da mesma forma iremos entender a formação territorial do Brasil, através do estudo de Milton Santos, as relações sócio-espaciais entre os sujeitos que compõem o território e, ao mesmo tempo, o determina, não sendo somente um “palco”, mas um determinante das relações sociais. Da mesma forma que entendemos a relação entre o agrário e o urbano, para compreensão destas dimensões como complementares e não excludentes, que se articulam e se determinam.

Não seria suficiente repassar aqui todo o aporte teórico que é estudado neste curso, pois se trata de um conteúdo muito extenso; mas é importante destacar o caráter que este Curso Realidade Brasileira que está sendo realizado em 2011 na Universidade federal de Juiz de Fora.

Este curso é de caráter regional, que abrange a mesoregião da Zona da Mata, no estado de Minas Gerais, região sudeste do Brasil. A Zona da Mata tem em Juiz de Fora seu principal município econômico e político.

A Zona da Mata é uma região empobrecida, com fortes desigualdades econômicas e sociais internas. A concentração do PIB e dos indicadores de inclusão social se refletem em algumas microrregiões, como a de Juiz de Fora, enquanto na maioria, como nas microrregiões de Viçosa, Ponte Nova, Manhuaçu e Muriaé, predominam comunidades com baixos índices de renda *per capita*, altas taxas de analfabetismo, elevada concentração de renda e alta proporção de pobres e indigentes.³

O curso abrange movimentos sociais, populares, sindicatos, movimento estudantil, pastorais sociais, organizações culturais da região da Zona da Mata mineira, contando com 80 cursistas de mais de 40 organizações de municípios de Juiz de Fora, Viçosa, Barbacena, Cataguases, Piau, Leopoldina, Goianá e uma organização construtora da cidade do Rio de Janeiro.

³ Projeto “Curso realidade Brasileira”, sob coordenação da prof^a Dr^a Cristina Simões Bezerra, PROEX/UFJF.

O curso conta com 16 organizações construtoras⁴, são os sujeitos sociais que tiveram a iniciativa de construir este curso e estabeleceram contato com a UFJF para a efetivação do curso, visto a demanda que existe na região em relação a formação, sem contar a permanente necessidade de articulação política na região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Quando apontamos a importância da formação e podemos compreender a relação fundamental entre educação e política, como um sustentáculo da formação política, temos a dimensão exata de que só o conhecimento científico/ teórico não é suficiente, mas a orientação política é o que dará a condição para compreender a realidade social e abrir as possibilidades de transformá-lo.

O outro sustentáculo é a relação que se estabelece entre trabalho intelectual e o trabalho braçal, esta constante relação que constrói o ser social enquanto tal, construindo sua consciência ao agir sobre a natureza e os elementos materiais do mundo e, ao mesmo tempo, interagindo com os demais indivíduos.

Assim, estes elementos que destacamos são compreendidos no processo de conhecer, entender e modificar a realidade vivida, bem como nos deixou Freire e sua concepção de Educação Popular, partindo da realidade brasileira, de nossas particularidades sociais, históricas, econômicas, políticas e culturais, no sentido da transformação social, no sentido da construção da revolução brasileira.

No sentido de entendermos este processo de formação, destacamos um centro norteador das forças sociais, a construção do que chamamos de Projeto Popular para o Brasil, como a bandeira de articulação e unidade dos movimentos sociais e populares, organizações da classe trabalhadora como um todo, em torno de pautas centrais; é um projeto que nasce da necessidade de aglutinar as demandas e as forças da sociedade mirando a construção do Poder Popular, colocar o povo, a classe trabalhadora, como protagonista do processo histórico, sujeitos de suas próprias vidas, construída a partir da maioria, “dos de baixo”, como apontava Lênin, fomentando a participação popular nas instâncias e espaços de conflito, reivindicando as reformas que podem acumular em favor

⁴ Assembléia Popular; Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Juiz de Fora (AGB-JF); Associação dos Professores do Ensino Superior - Seção Sindical de Juiz de Fora (APES-JF); Cáritas Brasileira - Juiz de Fora; Centro Acadêmico de Artes – UFJF; Centro Acadêmico de Filosofia – UFJF; Centro Loyola de Fé e Cultura - Juiz de Fora; Coletivo Piracema; Comitê Central Popular; Consulta Popular; Diretório Acadêmico de Geografia – UFJF; Diretório Acadêmico de Serviço Social – UFJF; Entidade Nacional dos Estudantes de Biologia (ENEBio); Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD); Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE). Disponível em: <<http://crbzonadamata.webnode.com.br/sobre-nos/>>, acessado em 27/08/2011.

desta construção e na **permanente necessidade de formação política, organização social e fortalecimentos das lutas.**

Estes são os pontos fundamentais para a construção de um curso que, realizado por uma parceria entre movimentos sociais e universidades públicas, possibilita à classe trabalhadora ocupar um espaço tão elitizado que são as universidades – e o conhecimento –, ao mesmo tempo em que dá a oportunidade destas universidades cumprirem uma de suas funções primordiais, a extensão universitária, a relação entre universidade e sociedade, produzir conhecimento para a sociedade, servindo-a, e não mantendo a sociedade à mercê do processo de construção de conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil.** São Paulo: Cortez, 1992.

BEZERRA, Cristina; RODRIGUES, Mônica A. Grossi; PIZETTA, Adelar João. A parceria UFJF/ Escola Nacional Florestan Fernandes – MST: a experiência e a produção de conhecimentos do curso de especialização em estudos latino americanos. **Libertas.** Juiz de Fora: Editora UFJF v.2, 2007.

BIANCHI, Álvaro. Croce, Gramsci e a “autonomia da política”. **Revista de Sociologia Política**, nº 29. Curitiba, 2007.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação.** 5.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

LUKÁCS, György. **História e consciência de classe:** estudos de dialética marxista. Porto: Publicações escorpião. 1974.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST.** 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política:** uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2007.

PIZETTA, Adelar João. Florestan Fernandes e a militância do MST. In: **O legado de Florestan Fernandes** (Cadernos de Estudos ENFF). Guararema: Escola Nacional Florestan Fernandes, 2009.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 5ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense Ltda, 1957.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.